DIÁRIO CENTRAL

GOIÂNIA - GO | Nº 2.191
QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2026
WWW.DIARIOCENTRAL.COM.BR

Divulgação



Investimentos, regionalização e desafios da saúde do Estado - POLÍTICA | 2

APARECIDA DE GOIÂNIA

LEI SANCIONADA POR LEANDRO VILELA AMPLIA ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Rodrigo Estrela



Legislação fortalece a rede de proteção, prevê centros especializados, casa de acolhimento, acompanhamento da GCM e ações de prevenção; solenidade também marcou a posse do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

CIDADES | 4

ECONOMIA

GOVERNO DESTACA INVESTIMENTOS DE R$ 349,5 MILHÕES PARA AMPLIAR INFRAESTRUTURA ELÉTRICA NO ESTADO

SGG



BRASIL | 6

HABITAÇÃO

SANDRO MABEL ENTREGA ESCRITURAS A MORADORES DO PARQUE ANHANGUERA APÓS QUASE 40 ANOS DE ESPERA

Alex Malheiros



CIDADES | 5

ALEGO

Investimentos, regionalização e desafios da saúde do Estado

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa recebeu, nesta quarta-feira, 4, o secretário estadual de Saúde, Rasível dos Reis, para audiência pública de prestação de contas referentes aos dois primeiros quadrimestres de 2026


Will Rosa

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), por meio da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, realizou na tarde desta quarta-feira, 4, audiência pública destinada à prestação de contas da Secretaria de Estado da Saúde (SES). O encontro, realizado na Sala das Comissões Júlio da Retífica, foi conduzido pelo presidente do colegiado, deputado Thiago Albernaz (MDB), e reuniu parlamentares e equipe técnica da pasta para discutir os números referentes ao primeiro e ao segundo quadrimestres de 2026, além de investimentos, resultados e desafios da saúde pública estadual.

Integraram a mesa de trabalhos o líder do Governo no Parlamento, deputado Talles Barreto (UB), e o secretário estadual de Saúde, Rasível dos Reis Santos Júnior. Também participaram dos debates os deputados Antônio Gomide (PT) e Cairo Salim (MDB).

Ao iniciar sua exposição, Rasível apresentou os principais indicadores da gestão estadual e destacou os avanços na regionalização dos serviços. Segundo o secretário, 80,86% das internações de urgência já são realizadas dentro das próprias macrorregiões dos pacientes, resultado que supera a meta intermediária de 70%. O gestor explicou que a estratégia busca reduzir deslocamentos, fortalecer os hospitais do interior e garantir maior eficiência na assistência, preservando os atendimentos de alta complexidade em unidades especializadas.

Rasível também destacou as medidas para ampliar a oferta de cirurgias eletivas, reduzir filas e enfrentar a superlotação hospitalar. Entre as estratégias apresentadas estão a especialização de unidades em determinados procedimentos, além da separação dos fluxos de cirurgias programadas e atendimentos de urgência.

Na apresentação dos indicadores, o secretário apontou redução da mortalidade prematura associada às principais doenças crônicas não transmissíveis, ampliação da cobertura de atenção psicossocial e avanços nas ações de vigilância sanitária, que ultrapassaram 13 mil procedimentos no período avaliado.

A mortalidade materna foi apontada como um dos principais desafios da gestão. Rasível alertou para problemas relacionados à qualidade do pré-natal, às elevadas taxas de cesarianas e à estrutura de algumas maternidades. "A maior causa da mortalidade materna é sangramento, e 95% dos óbitos maternos são considerados evitáveis", ressaltou, ao defender maior integração com os municípios no acompanhamento das gestantes.

Em relação à mortalidade infantil, o secretário apresentou índice de 7,4 óbitos, diante de uma estimativa de 12 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos. Ele destacou a importância de políticas integradas de saúde, saneamento e educação para manter o indicador abaixo de dez óbitos.

Em relação à execução financeira, Rasível informou que 63% da distribuição orçamentária por subfunção está concentrada na assistência hospitalar e ambulatorial. Quanto às despesas computáveis em ações e serviços públicos de saúde, apresentou R$ 4,29 bilhões empenhados, com R$ 2,8 bilhões liquidados e R$ 2,55 bilhões já pagos.

GOIÂNIA

Câmara Municipal aprova, em 1ª votação, campanha de conscientização e prevenção à intoxicação medicamentosa

Iniciativa do vereador Luan Alves (MDB) busca alertar população sobre riscos do uso inadequado de medicamentos


Divulgação

A Câmara de Goiânia aprovou, em primeira votação, nesta quinta-feira (29), projeto de lei (PL 710/2025) que institui a Campanha Permanente de Conscientização e Prevenção à Intoxicação Medicamentosa. De autoria do vereador Luan Alves (MDB), a proposta busca alertar a população sobre os riscos da automedicação e do uso inadequado de medicamentos.

Em Goiás, os registros de intoxicação por medicamentos aumentaram cerca de 70% entre 2020 e 2024, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net). O crescimento indica que o problema exige atenção contínua e reforça a importância de ações contínuas de conscientização e educação em saúde.

O projeto prevê ações educativas sobre o uso racional de medicamentos; divulgação de informações sobre os riscos da automedicação e da combinação inadequada de substâncias; orientações sobre o descarte correto de medicamentos vencidos ou sem uso; esclarecimentos sobre a importância de ler atentamente e seguir as prescrições médicas e farmacêuticas; e incentivo ao diálogo entre usuários, profissionais de saúde e instituições sobre segurança medicamentosa.

"O uso de medicamentos de forma inadequada ou sem orientação profissional representa grave problema de saúde pública, cujas consequências podem variar de reações adversas leves a intoxicações graves e óbitos", afirmou Luan Alves.

O vereador destaca ainda que, segundo estimativas do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), o país registra mais de 30 mil internações por intoxicação medicamentosa e cerca de 20 mil mortes relacionadas a esses casos por ano. Os dados reforçam, na avaliação do parlamentar, a necessidade de ações educativas e preventivas.

Caso o projeto se torne lei, a campanha poderá incluir palestras, cursos e oficinas em escolas, unidades de saúde e espaços comunitários; produção e distribuição de materiais informativos impressos e digitais; parcerias com universidades, conselhos profissionais e instituições públicas e privadas; divulgação de dados epidemiológicos sobre intoxicações medicamentosas em linguagem acessível; e incentivo à criação e divulgação de pontos de coleta de medicamentos vencidos ou sem uso.

ECONOMIA

Governo destaca investimentos de R$ 349,5 mi para ampliar infraestrutura elétrica no Estado

Leilão de transmissão da Aneel prevê novas estruturas no Nordeste goiano e reforço da rede elétrica na região Sudoeste, com geração de 792 empregos e benefício a cinco municípios


SGG

O Governo de Goiás acompanha os novos investimentos previstos para ampliar e fortalecer a infraestrutura elétrica estadual. O resultado do Leilão de Transmissão nº 4/2026, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na última sexta-feira (30/10), assegurou R$ 316,9 milhões para a implantação de novas estruturas de transmissão no Nordeste goiano. Somados aos R$ 32,6 milhões estimados para reforços e ampliações na rede de distribuição local, os investimentos chegam a R$ 349,5 milhões.

Arrematado pela empresa EDP Transmissão Goiás S.A., o lote 2 prevê a construção da Linha de Transmissão 230 kV Rio das Éguas – Iaciara 2, em circuito duplo, com aproximadamente 126 quilômetros de extensão, além da implantação da nova Subestação Iaciara 2, com tensão de 230/138 kV e capacidade de 300 MVA.

Com prazo de implantação de 48 meses e conclusão estimada até 2030, o empreendimento deverá gerar 792 empregos durante a execução das obras. A expectativa é também beneficiar diretamente municípios como Iaciara, Nova Roma, Posse, Alvorada do Norte e Flores de Goiás, com maior capacidade de atendimento às unidades consumidoras, ao oferecer melhores condições para o desenvolvimento das atividades econômicas e produtivas da região.

Titular da Secretaria-Geral de Governo (SGG), Gean Carvalho destaca a importância estratégica dos investimentos em infraestrutura energética para o desenvolvimento de Goiás, "pois ampliam a capacidade de atendimento à demanda, fortalecem a segurança do fornecimento de energia e criam condições favoráveis à expansão das atividades econômicas e à atração de novos empreendimentos para o Estado".

Região Sudoeste

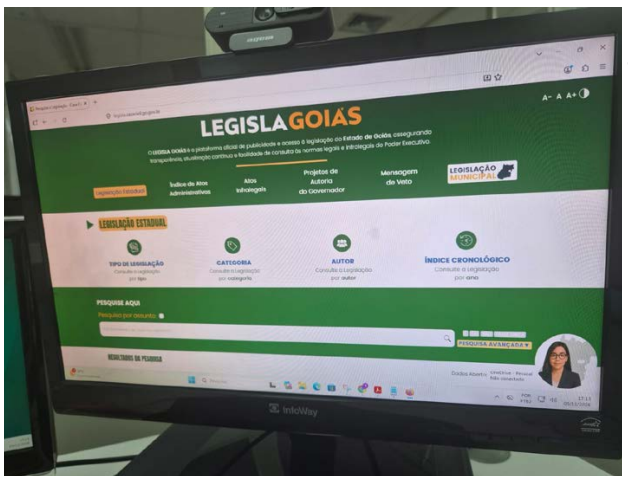
Além do Nordeste goiano, o leilão contemplou investimentos para reforçar a infraestrutura elétrica no Sudoeste do Estado. Por meio do lote 4, arrematado pela empresa Celeo Redes Brasil S.A., será construída a Linha de Transmissão 500 kV Rio Verde Norte – Chapadão C1, com 220 quilômetros de extensão e prazo de implantação de 60 meses. A estrutura ampliará a capacidade de interligação elétrica de Goiás com os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná.

A expansão da infraestrutura de transmissão e distribuição é estratégica para acompanhar o crescimento da demanda por energia, fortalecer a segurança e a confiabilidade do fornecimento e criar condições para a atração de novos empreendimentos. As melhorias também contribuem para viabilizar a expansão da geração de energia, especialmente a partir de fontes renováveis.

FERRAMENTA

Governo oferece plataforma gratuita para catalogar legislações municipais

Sistema permite organizar e disponibilizar leis e decretos municipais em ambiente digital; Aparecida de Goiânia e Rio Verde já aderiram à iniciativa



Divulgação

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil, disponibiliza gratuitamente às prefeituras goianas a plataforma Legisla Municípios, ferramenta que permite catalogar e organizar a legislação municipal. A iniciativa busca ampliar a transparência e facilitar o acesso às leis e aos decretos locais, que passam a integrar o portal Legisla Goiás, tornando a consulta mais acessível a cidadãos, servidores públicos e gestores. Aparecida de Goiânia e Rio Verde foram as primeiras cidades a aderir à plataforma. Goiânia, Anápolis e outros municípios aguardam a formalização da parceria para começar a publicar no portal.

A ferramenta permite realizar buscas em linguagem natural, o que facilita a consulta mesmo para quem não conhece o número da norma. Basta digitar uma pergunta, como "Quais leis tratam do IPTU?", para que o sistema apresente a legislação disponível sobre o tema. Também é possível pesquisar por número da lei, ano, autor ou tipo de norma. "O objetivo do governo é trabalhar em conjunto com os municípios, oferecendo ferramentas e soluções que contribuam para ampliar a transparência e facilitar o acesso às suas legislações", ressaltou o secretário da Casa Civil, Bruno Belem.

A adesão ao Legisla ocorre por meio de parceria com a Casa Civil, que disponibiliza a estrutura tecnológica e o suporte técnico para a implantação da plataforma. As prefeituras recebem treinamento para utilizar o sistema e têm um canal direto de atendimento para esclarecer dúvidas e auxiliar na operação. "A Casa Civil tem capacidade técnica para apoiar os municípios nesse processo, oferecendo orientação e acompanhamento para que as equipes possam utilizar a ferramenta e disponibilizar suas legislações de forma organizada", afirmou o titular da pasta. As prefeituras interessadas em aderir à iniciativa devem entrar em contato com a Secretaria.

Além da legislação municipal, o sistema permite a publicação de atos infralegais, normas que detalham, regulamentam e orientam a execução das leis. "São documentos que tratam de detalhes técnicos, operacionais e de rotina para que as leis funcionem, como decretos regulamentares, portarias e instruções normativas", explicou o secretário. Atualmente, 16 órgãos e entidades do governo estadual já publicam seus atos infralegais na plataforma, enquanto outras 16 pastas estão em processo de formalização de parcerias para aderir à ferramenta.

Ferramenta

Lançado em março de 2021, o Legisla Goiás é um ambiente digital desenvolvido pela Casa Civil para centralizar e disponibilizar ao público toda a legislação goiana atualizada. O portal já registrou 5,4 milhões de acessos entre janeiro e outubro deste ano. Com funcionamento 100% on-line, a plataforma é compatível com computadores, tablets e celulares.

APARECIDA DE GOIÂNIA

Lei sancionada por Leandro Vilela amplia enfrentamento à violência contra a mulher

Legislação fortalece a rede de proteção, prevê centros especializados, casa de acolhimento, acompanhamento da GCM e ações de prevenção; solenidade também marcou a posse do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher


Rodrigo Estrela

O prefeito de Aparecida de Goiânia, Leandro Vilela, sancionou nesta quarta-feira (4) a lei n 3.932 que institui a Política Pública Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A solenidade foi realizada no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), no Parque Santa Cecília, e também marcou a posse dos integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, fortalecendo a participação da sociedade na construção e no acompanhamento das políticas públicas voltadas à proteção feminina.

A legislação, de iniciativa do Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, foi aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal. A medida estabelece diretrizes para ampliar e integrar o atendimento às mulheres em situação de violência, envolvendo diferentes áreas da administração pública, como segurança, saúde, assistência social e educação, além de instituições estaduais e órgãos do sistema de Justiça.

Participaram da solenidade a secretária municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e interina da Assistência Social, Carol Araújo; a promotora de Justiça Valéria Cristina de Paula; a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Fernanda Pimenta Dourado França; e a vereadora Camila Rosa. O evento também reuniu o Dr. José Gustavo Athayde do Ministerio Publico de Contas; vereadores, secretários municipais, representantes do Ministério Público, integrantes da rede de proteção às mulheres e lideranças da sociedade civil.

Entre os principais avanços previstos na legislação estão a possibilidade de implantação de centros especializados de atendimento integral e multidisciplinar, a criação de uma casa de acolhimento municipal para mulheres e seus filhos em situação de risco e o fortalecimento do acompanhamento especializado da Guarda Civil Municipal (GCM) às vítimas que possuem medidas protetivas de urgência.

A política também estabelece ações permanentes de prevenção, conscientização, capacitação de profissionais e incentivo à autonomia econômica das mulheres, com acesso a cursos profissionalizantes, programas sociais, oportunidades de emprego e geração de renda.

A implantação das estruturas previstas será progressiva, conforme a viabilidade técnica, a disponibilidade orçamentária e a organização dos serviços. A Prefeitura poderá firmar parcerias com instituições públicas e privadas e buscar recursos estaduais e federais para viabilizar as ações.

Casa de acolhimento municipal

Um dos principais avanços da legislação é a previsão de criação de uma casa de acolhimento em Aparecida de Goiânia. Atualmente, mulheres que precisam deixar suas residências para escapar de situações de violência são encaminhadas, em determinadas circunstâncias, para unidades de acolhimento em Goiânia.

Com a nova política, o município pretende estruturar um espaço próprio, destinado ao acolhimento provisório e seguro de mulheres e seus filhos, especialmente aquelas que possuem medidas protetivas e precisam se afastar imediatamente do agressor.

A secretária municipal das Mulheres e interina da Assistência Social, Carol Araújo, explicou que a Prefeitura já está trabalhando para viabilizar a implantação da unidade nos próximos meses.

"Hoje, quando a mulher precisa de abrigamento, nós já oferecemos por meio de parceria. Agora, vamos poder criar uma casa aqui no município de Aparecida de Goiânia, oferecendo acolhimento às mulheres que têm medida protetiva e precisam sair daquela situação. Será uma passagem até conseguirmos reintegrá-la à sua rotina normal", destacou.

A legislação também prevê que, enquanto a estrutura própria não estiver implantada, o município deverá buscar alternativas de acolhimento provisório por meio da rede municipal ou conveniada, respeitando a disponibilidade de vagas e as condições necessárias para garantir a segurança das vítimas.

CRAM oferece atendimento psicológico, jurídico e social

A Prefeitura já mantém uma estrutura de atendimento às mulheres por meio do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), que oferece acompanhamento psicológico, assistência social e orientação jurídica, esta última realizada em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Quando a vítima procura o serviço e ainda não formalizou a denúncia, a equipe realiza o acolhimento e orienta sobre os procedimentos necessários, incluindo o encaminhamento à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), onde poderá registrar a ocorrência e solicitar medidas protetivas.

Nos casos em que a mulher ainda não se sente segura para denunciar, o município também oferece acompanhamento e orientação por meio do CRAM e dos oito Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) existentes na cidade, com o objetivo de fortalecer a vítima e ajudá-la a romper o ciclo de violência.

Após a concessão das medidas protetivas, a Prefeitura realiza o acompanhamento em articulação com a Guarda Civil Municipal, a Polícia Militar e os demais órgãos da rede de proteção.

As vítimas também são encaminhadas para programas de assistência, aluguel social, oportunidades de emprego e cursos de qualificação profissional, conforme os critérios de cada iniciativa. A proposta é garantir condições para que as mulheres reconstruam suas vidas com segurança e independência financeira.

Guarda Civil Municipal fará acompanhamento especializado

A nova legislação prevê o fortalecimento do patrulhamento especializado da Guarda Civil Municipal para acompanhar mulheres beneficiárias de medidas protetivas de urgência por meio de Patrulha Maria da Penha.

A atuação tem como objetivo ampliar a segurança das vítimas, prevenir o descumprimento das determinações judiciais e oferecer suporte em situações de ameaça. O trabalho será desenvolvido de forma integrada com as forças de segurança do Estado, mediante instrumentos de cooperação.

A política também prevê a articulação com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as forças de segurança estaduais, buscando tornar o atendimento mais ágil e eficaz.

Prevenção e conscientização

Além das ações de acolhimento e proteção, a lei estabelece medidas permanentes de prevenção à violência doméstica e familiar, incluindo campanhas educativas, rodas de conversa nas escolas municipais, atividades comunitárias e capacitação dos servidores públicos que atuam no atendimento às vítimas.

Outro ponto previsto é a possibilidade de implantação de grupos reflexivos para autores de violência doméstica, com acompanhamento de profissionais especializados. A iniciativa busca promover a reeducação dos agressores e prevenir a reincidência.

A legislação também estabelece a criação de um Comitê Gestor, coordenado pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, com participação das secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, além da Guarda Civil Municipal. O colegiado será responsável por articular, planejar e monitorar a execução da política.

Conselho fortalece participação e controle social

A solenidade também marcou a posse dos integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, órgão que terá papel estratégico na divulgação dos direitos femininos, no fortalecimento da rede de proteção e no acompanhamento das políticas públicas implementadas pelo município.

A presidente do Conselho, Fernanda Pimenta Dourado França, destacou que o colegiado será um importante instrumento para aproximar as mulheres dos serviços disponíveis e ampliar o acesso à informação.

"Somos 23 lideranças que representam todo o município de Aparecida de Goiânia. Temos mulheres representantes dos bairros e integrantes das secretarias municipais que, juntas, vão dar voz às mulheres e divulgar essa rede de proteção. O conselho vem para informar, mostrar os direitos e orientar onde e a quem recorrer nos casos de violência", afirmou.

Segundo a presidente, o conselho também atuará para fortalecer a integração entre os serviços, contribuindo para que as mulheres recebam orientação adequada e não enfrentem barreiras ou situações de revitimização durante o processo de denúncia e atendimento.

HABITAÇÃO

Sandro Mabel entrega escrituras a moradores do Parque Anhanguera após quase 40 anos de espera

Documentos entregues gratuitamente às famílias já estão registrados em cartório. Com a ação, Goiânia chega a 8 mil imóveis regularizados na gestão Sandro Mabel



Alex Malheiros

O prefeito Sandro Mabel entregou, na noite desta quarta-feira (4/11), as escrituras de 130 imóveis no Parque Anhanguera. Os documentos eram aguardados pelos moradores desde 1987. Com a entrega, as famílias passam a ter a propriedade legalmente registrada em seus nomes, após quase quatro décadas de espera.

A medida eleva para cerca de 8 mil o número de imóveis regularizados pela prefeitura desde o início da gestão. A meta, segundo o prefeito, é chegar a 40 mil até o fim do mandato.

Durante a solenidade, Mabel destacou a importância da escritura para garantir segurança às famílias e relembrou a emoção de receber o documento de sua primeira casa.

"Eu lembro quando peguei minha primeira escritura. Era uma casinha pequena. Cheguei, abri a porta, mostrei o documento para minha mulher e falei: olha, a escritura aqui é nossa. A casa é sua. Sei o que significa essa conquista e a expectativa de quem espera tantos anos", disse.

O prefeito também destacou a parceria com o Governo de Goiás para avançar nos processos de regularização fundiária. O trabalho inclui também a regularização urbanística de bairros que ainda não possuem documentação formal de sua criação, etapa necessária para viabilizar a emissão das escrituras.

O secretário municipal de Habitação e Regularização Fundiária, Juliano Santana, explicou que as escrituras já foram emitidas e registradas em cartório. Segundo ele, o valor para emissão e registro de cada documento seria de aproximadamente R$ 14 mil.

"Hoje, as famílias recebem a escritura em seus nomes, registrada em cartório. Não precisam fazer mais nada. É gratuito", ressaltou.

Morador do Parque Anhanguera há 38 anos, José Nunes dos Santos contou que a espera pela escritura começou praticamente junto com a história do bairro. Ele disse que, ao longo dos anos, os moradores ouviram promessas de regularização, mas não viam o documento chegar.

"Passamos muita angústia. Vinham fazer promessas de entregar, mas não entregavam. Teve gente que dizia que minha casa não valia nada porque eu não tinha escritura. Mas, graças a Deus, a escritura chegou. Está aqui", comemorou.

Também participaram da solenidade a vice-prefeita Coronel Cláudia Lira e os vereadores Rose Cruvinel e Juarez Lopes.

NO SETOR CAMPINAS

Prefeitura de Goiânia inicia substituição de gameleira

Laudo do MP-GO concluiu que a poda e a adaptação da calçada não resolvem os problemas causados pelas raízes e recomendou a supressão, com plantio de espécie adequada



Divulgação

A Prefeitura de Goiânia iniciou nesta quarta-feira (4/11) o processo de substituição da gameleira da Rua José Hermano, no Setor Campinas. A Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma) autorizou a substituição porque as raízes obstruem totalmente a calçada, avançam sobre a pista e causaram danos à parede, ao telhado e à garagem de um imóvel vizinho.

A Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) destinou cerca de 100 funcionários para a operação: 60 da Gerência de Poda e Extirpação e 40 da equipe de remoção, varrição e outros. O trabalho vai das 7h às 22h, todos os dias, inclusive nos finais de semana, com prazo estimado em dez dias, a depender do clima.

Em entrevista coletiva no local, a agente ambiental da Amma Wanessa de Castro explica que a gameleira não é uma espécie adequada para calçadas, pois além do sistema radicular tubular, possuem raízes aéreas que precisam se fixar no solo. "Aqui, podemos ver que as raízes foram podadas, o que compromete a fixação e desenvolvimento da árvore. Verificamos o comprometimento da acessibilidade e a interferência nas estruturas adjacentes, então a Amma optou pela substituição, que é o que está previsto em lei."

A agente ambiental afirma que o Ministério Público de Goiás acompanha o caso em procedimento extrajudicial da 8ª Promotoria de Justiça. Em setembro, a Promotoria pediu uma perícia à sua unidade técnica para avaliar se havia alternativa ao corte. O laudo concluiu que a poda e a adaptação da calçada não resolvem o problema e recomendou a supressão, com plantio de espécie adequada.

A Amma autorizou o corte em 2024 e ratificou a autorização em agosto de 2026, após nova vistoria. A Lei Complementar nº 374/2024, que institui o Plano Diretor de Arborização Urbana de Goiânia, permite o corte quando a árvore obstrui totalmente o passeio público ou causa danos estruturais às edificações vizinhas.

DIÁRIO CENTRAL

Redação
Caroline Morais
Victor Gabriel
Arthur de Souza

CENTRAL DC SERVIÇOS E ORGANIZAÇÕES LTDA
32.291.515/0001-84

Colunistas
Ana Flávia Marinho
Rafael Vilela

Editor de Arte
Décio Parma

Circulação:
Estado de Goiás

Tiragem:
Atende a Lei Estadual nº 17.928/12

www.diariocentral.com.br jornaldiariocentral diariocentral



Coluna Retratos

OColu/NISTA

contato@ocolunista.com

@ocolunista | @r_vilela

JACKSON HOLE REABRE TEMPORADA DE ESQUI

O Jackson Hole Mountain Resort, nos Estados Unidos, inicia sua temporada de inverno em 27 de novembro, com programação até abril de 2027. O destino oferece esqui, snowboard, eventos e atrações natalinas, além de promoções de até US$ 500 em pacotes de viagem.

MEETING LA VIE D'OR

Os arquitetos Luis Capote e Yara Hasegawa apresentaram a corretores de imóveis os projetos de obras civis e paisagismo do condomínio La Vie D'Or, em Senador Canedo. O empreendimento terá como diferencial uma praia exclusiva para moradores. Capote é premiado nacional e internacionalmente, enquanto Yara assina importantes projetos paisagísticos em Goiânia, como os parques Flamboyant, Cascavel e Vaca Brava.

CRV E RUBI RENOVAM

certificação Halal

A CRV Industrial, de Carmo do Rio Verde, e a Rubi S.A., de Rubiataba, renovaram a Certificação Halal, mantida desde 2021. O reconhecimento confirma que a produção de açúcar atende aos requisitos internacionais para consumo pela comunidade muçulmana, reforçando o compromisso das empresas com a qualidade e a segurança alimentar.

1

Divulgação



Vagas em Goiás - O Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) abriu novembro com 347 oportunidades em Goiás, sendo 253 vagas de estágio e 94 de jovem aprendiz. As vagas contemplam estudantes do ensino médio e áreas como Administração, Direito, Contabilidade, Educação e Marketing. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site ciee.org.br ou presencialmente nas unidades da instituição.

2

Divulgação



Casamento no litoral cearense - Laura e Rodolfo oficializaram sua união em uma cerimônia à beira-mar, no Ceará. A celebração reuniu familiares e amigos de Goiânia, Brasília e São Paulo, em uma programação marcada pela confraternização. Na foto, os noivos ao lado de Gyovana de Castro Carneiro, madrinha de Rodolfo.

3

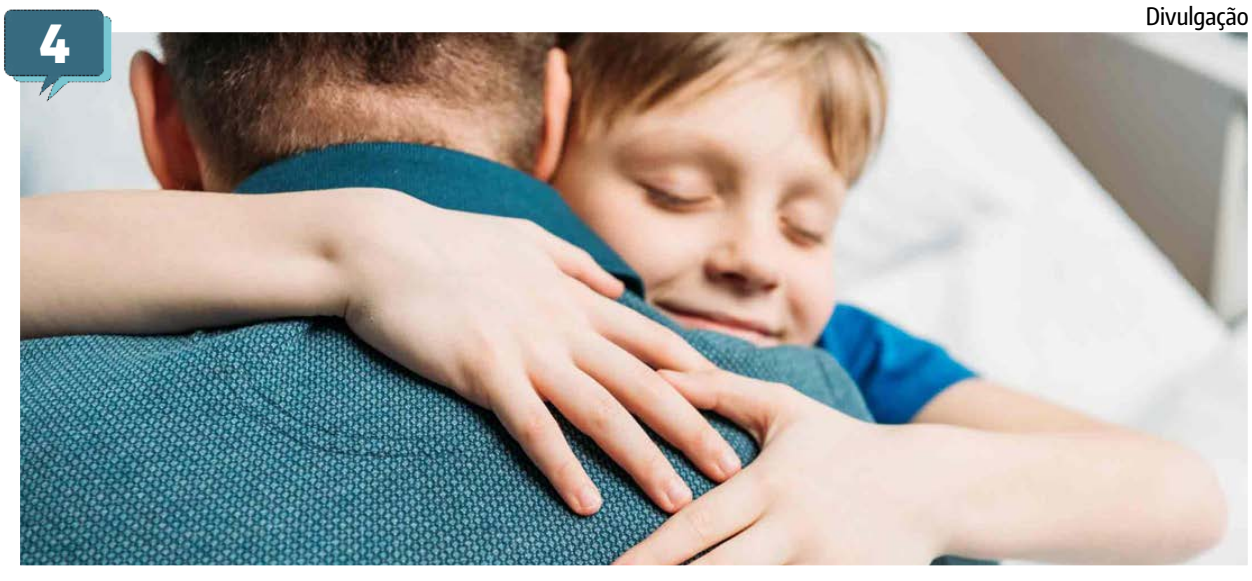
Divulgação



Oficina de pintura em taças - O Jardim Goiás Mall recebe, neste sábado (7), uma oficina de pintura em taças conduzida pela ceramista Thais Lazzarini. A atividade terá quatro horários disponíveis, com inscrições a R$ 35, incluindo materiais. As inscrições são feitas pelo WhatsApp (62) 99694-1457.

4

Divulgação



Paternidade socioafetiva - Padrastos que criam os filhos de suas companheiras podem ser reconhecidos legalmente como pais, mesmo sem vínculo biológico. O procedimento pode ser feito em cartório para filhos maiores de 12 anos, mediante comprovação da relação afetiva e cumprimento das exigências legais.